

Diarista deve ter os mesmos direitos que empregada doméstica, defende Ministério do Trabalho

5/11/2009 - 23:14

Participantes da audiência pública discordaram sobre a regularização da profissão de diarista, conforme sugere projeto de lei da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). O assunto foi discutido, nesta quarta-feira (4), na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a requerimento da senadora Fátima Cleide (PT-RO).

O Ministério do Trabalho e Emprego é contrário ao projeto ([PLS 160/09](#)), afirmou o representante da pasta, Daniel de Matos Sampaio Chagas. Ele defendeu que o Congresso Nacional reconheça que as chamadas diaristas atuam, na verdade, como empregadas domésticas.

Conforme explicou, diarista é a pessoa contratada para executar tarefa específica e eventual. Em sua avaliação, a regularização da atividade de diarista pode intensificar a informalidade da profissão de doméstica, bem como tornar mais precária essa atividade profissional.

A presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Creusa Maria Oliveira, disse que o projeto é um "retrocesso" em relação às conquistas dos empregados domésticos. Em sua avaliação, configura vínculo empregatício a atividade desempenhada em dois ou três dias por semana numa residência. Ela atribui o grande número de profissionais trabalhando informalmente à falta de fiscalização por parte do Ministério do Trabalho.

- O projeto de lei vai precarizar mais ainda o trabalho doméstico. É o Estado homologando a escravidão - disse Creusa Oliveira.

73% dos empregados domésticos trabalham na informalidade, o que significa não terem carteira assinada, nem garantidos os direitos trabalhistas da categoria, informou o presidente do Portal Doméstica Legal, Mário Avelino. Também em sua opinião, a regularização da atividade de diarista vai aumentar a informalidade, bem como reduzir a oferta de trabalho doméstico, uma vez que as pessoas vão preferir contratar diaristas.

O presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas do Distrito Federal (AMATRA-X), Gilberto Augusto Leitão, explicou que a legislação excetua os cooperados e autônomos da garantia de direitos trabalhistas e, segundo ele, a proposta de Serys Slhessarenko pretende legalizar a exceção. Em sua avaliação, a aprovação da proposta pode se tornar ineficaz porque não poderá revogar princípios do Direito do Trabalho.

Já a representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Eunice Léa de Moraes, defendeu a regularização da atividade de diarista. Em sua avaliação, é importante definir o que seja diarista e, assim, diferenciar e valorizar a profissão de empregada doméstica. Ela ressaltou que a categoria conquistou direitos importantes, negados às muitas diaristas que, na verdade, trabalham como empregadas domésticas.

Eunice Moraes defendeu ainda a equiparação dos empregados domésticos aos demais trabalhadores brasileiros para, assim, terem garantidos todos os direitos trabalhistas. Para ela, o desenvolvimento econômico e social do país deve se refletir em garantias aos trabalhadores domésticos. Ele defendeu.

Serys Slhessarenko (PT-MT) ressaltou que apresentou a proposta para regular a atividade de diarista e, assim, colocar o tema em discussão para que a categoria dos profissionais domésticos seja beneficiada. Ela disse que a proposta é imperfeita, mas poderá contribuir para a melhoria das condições de trabalho desses profissionais.

Na avaliação do relator, senador Lobão Filho (PMDB-MA), há uma lacuna legal que requer definição da atividade de diarista. Ele defendeu aprofundamento da discussão para que o

